

## Leovac Participações S.A.

CNPJ nº 33.509.164/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Reais exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA							
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020 (não auditado)	2021	2020 (não auditado)		2021	2020 (não auditado)	2021	2020 (não auditado)		2021	2020 (não auditado)		
<b>ATIVO</b>															
<b>Circulante</b>															
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.103	1	799.751	1	16	-	-	205.073	-					
Contas a receber	5	2.377	1	177.800	1	17	-	-	(37.264)	-					
Tributos a recuperar	6	-	-	54.297	-				167.809	-					
Ativo contratual da concessão	7	-	-	488.498	-				(121.923)	-					
Dividendos a receber		30.189	-	1.287	-				599.802	599.802					
Depósitos Vinculados		-	-	15.260	-				44.100	54.568					
Outros ativos		4.536	-	32.082	-				561.961	532.447					
<b>Não Circulante</b>															
Realizável a longo prazo									561.961	700.256					
Contas a receber LP	5	-	-	4.554	-				18	20					
Depósitos vinculados LP		-	-	39.551	-				20	6.567					
Depósitos judiciais		-	-	18.343	-				(10.858)	(115.154)					
Tributos a recuperar LP	6	-	-	16.302	-				(10.838)	(108.587)					
Ativo contratual da concessão LP	7	-	-	5.854.680	-				25.407	16.830					
Investimento	8	3.193.511	-	-	-				576.530	608.499					
Imobilizado		-	-	5.708	-				-	-					
Intangível		-	-	3.052	-				-	-					
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.230.614</b>	<b>1</b>	<b>6.741.941</b>	<b>1</b>										
<b>PASSIVO</b>															
<b>Circulante</b>															
Fornecedores	9	32.762	-	244.583	-										
Empréstimos e Financiamentos		98	-	10.269	-										
Debêntures	10	-	-	163.287	-										
Tributos a recolher		7	-	7.473	-										
Provisões	11	-	-	12.205	-										
PIS e COFINS diferidos	13	-	-	5.058	-										
Encargos setoriais		-	-	5.770	-										
Dividendos a pagar		32.657	-	32.695	-										
Outros passivos		-	-	7.826	-										
<b>Não circulante</b>															
Fornecedores LP	9	-	-	47.779	-										
Debêntures LP	10	-	-	2.137.072	-										
Tributos a recolher LP		-	-	259	-										
Provisões LP	11	-	-	107.305	-										
Impostos diferidos	12	439.028	-	881.811	-										
PIS e COFINS diferidos LP	13	-	-	557.851	-										
Outros passivos LP		-	-	6.457	-										
Patrimônio líquido		2.758.824	1	2.758.824	1										
Capital social	14	2.653.979	1	2.653.979	1										
Reserva de lucros		104.845	-	104.845	-										
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>3.230.614</b>	<b>1</b>	<b>6.741.941</b>	<b>1</b>										

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Contexto operacional:** Leovac Participações S.A. ("Leovac" ou "Companhia") é uma holding de instituições não financeiras constituída em 02/05/2019 com sede na Rua Libero Badaró, 293, 21º andar sala 66, Centro, São Paulo - SP. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e não possui títulos de sua emissão de quaisquer naturezas negociados em mercado organizado de capitais. A Companhia não possui a intenção de acessar ao mercado de capitais no curto e médio prazo. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e ou acionista, que desempenham atividade de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades correlatas. 1.1. **Impactos Covid-19:** Em 31/12/2021, considerando o estágio atual da COVID-19, a Companhia não identificou efeitos significativos que possam impactar o negócio e/ou quaisquer evidências de riscos de se serem divulgadas. A Administração da Companhia continua a priorizar pela manutenção da saúde e segurança dos funcionários. 2.2. **Combinação de Negócios: Evoltz Participações - Aquisição:** Em 07/05/2021, a Companhia assinou com o fundo de investimento Seville Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Seville"), acionista do controlador da Evoltz Participações S.A. ("Evoltz"), contrato de compra e venda da totalidade de suas ações para a Leovac, uma sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers' Pension Plan Board. Em 29/07/2021, após concluída todas as condições precedentes, foi finalizado a transferência da totalidade das ações detidas pela Seville à Leovac Participações S.A. A Evoltz é uma Companhia privada constituída e sediada no Brasil, cujo objeto social é o investimento e participação em outras em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que desempenham atividades de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades de infraestrutura correlatas. Abaixo as empresas de transmissão de energia controladas pela Evoltz e respectivos percentuais participação:

Compa- nhia	% Parti- cipação	Exten- são	Data de transmissão expedição	Início da Concessão	Final da Concessão
Evoltz IV	100%	35 Km	21/06/2007	03/09/2010	20/06/2037
				05/09/2011	
Evoltz V	100%	104 Km	21/06/2007	21/11/2009	10/06/2037
Evoltz VI	100%	69 Km	21/06/2007	06/07/2009	10/06/2037
Evoltz VII	100%	116 Km	09/10/2007	18/09/2009	08/10/2037
Evoltz VIII	100%	108 Km	16/06/2011	31/10/2014	15/06/2041
MTE	100%	333 Km	16/10/2008	14/03/2014	15/10/2038
NBTE	51%	2.411 Km	26/02/2009	04/11/2014	25/02/2039

A Companhia apurou os valores da combinação de negócios de acordo com os tópicos 41, 42 e 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias relevantes. Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição da Evoltz foram reconhecidos a valor justo e estão demonstrados a seguir:

A transação estava sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, assim como a da operação de venda da própria Evoltz pela Seville, que se deu em 29/07/2021. Em 23/09/2021 foi concluída a aquisição dos 49% de participações da Evteltrone pela Leovac. A Companhia apurou os valores da combinação de negócios de acordo com os tópicos 41, 42 e 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer. Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição da NBTE foram reconhecidos a valor justo e estão demonstrados a seguir:

### Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Valores de Mercado de ativos e passivos na data de aquisição	Valores de Mercado	
	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	156.490	156.490
Contas a Receber	-	-
Impostos recuperáveis	19.638	19.638
Impostos diferidos	-	-
Ativos contratuais referentes a concessão	3.329.828	364.486
Imobilizado	110	110
Intangível	388	388
Outros Ativos	332.046	332.046
<b>Total de ativos identificáveis, líquidos</b>	<b>3.838.500</b>	<b>364.486</b>
Passivos		
Fornecedores	80.727	80.727
Empréstimos e Financiamentos	1.303.572	1.303.572
Impostos a pagar	6.034	6.034
Impostos diferidos	535.430	535.430
Provisões	7.838	7.838
Dividendos	90.000	90.000
Outros passivos	5.023	5.023
Provisão por passivo contingente	-	33.808
<b>Total de passivos</b>	<b>2.028.624</b>	<b>33.808</b>
<b>Total de ativos líquidos</b>	<b>1.809.876</b>	<b>330.678</b>

**2.1. Base para preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("demonstrações financeiras") foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme implementadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Todas as informações relevantes de suas próprias demonstrações financeiras, e somente estas informações, estão sendo apresentadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva no dia 24/10/2022. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e por ativos do valor a recuperar. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo da contraprestação paga em troca dos ativos. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. 2.2. **Base da consolidação:** As demonstrações financeiras Consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Leovac e suas controladas, coletivamente o "Grupo", juntamente com a porção de resultados das controladas em conjunto pertinentes ao Grupo. a) **Subsidiárias:** Uma subsidiária é uma entidade controlada pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando o Grupo é exposto a, ou possui direito a, retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre o investido. Especificamente, o Grupo controla um investido se, e somente se, o Grupo tiver: • Poder sobre o investido (isto é, direitos existentes que dão a este a habilidade corrente de direcionar as atividades relevantes do investido); • Exposição, ou direitos, a retornos variáveis decorrente do envolvimento com o investido; • A habilidade para usar seu poder sobre o investido para afetar seus retornos. Geralmente, presume-se que a maioria dos direitos de votação resulta em controle. A fim de apoiar esta suposição, quando o Grupo possui menos da maioria na votação ou direitos similares de um investido, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se possui poder sobre um investido, incluindo: • O(s) arranjo(s) contratual(ais) com outros titulares de voto do investido; • Direitos oriundos de outros arranjos contratuais; • Direitos de voto do Grupo e direitos de voto potenciais; O Grupo reavalia se possui controle de um investido ou não, se fatos ou circunstâncias indicarem que há mudanças a um ou mais dos três elementos

de controle. A consolidação de uma subsidiária começa quando o Grupo obtém controle sobre a subsidiária e termina quando o Grupo perde controle da subsidiária. Ativos, passivos, lucros e despesas de uma subsidiária adquirida ou liquidada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o Grupo recebe controle até a data que o Grupo deixa de controlar a subsidiária. Lucros e perdas e cada componente de OCI são atribuídos aos titulares de patrimônio da matriz do Grupo e às participações não controladoras, mesmo se isto resultar nas participações não controladoras terem saldo de déficit. Quando necessário, ajustes serão feitos aos demonstrativos financeiros das subsidiárias para alinhar as políticas de contabilidade com as políticas de contabilidade do Grupo. Todos os ativos e passivos dentro do Grupo, patrimônio, renda, despesas e fluxos de caixa referentes a transações entre membros do Grupo são totalmente eliminados na consolidação. Uma mudança de participação societária para uma subsidiária, sem perda de controle, é contabilizada como operação de patrimônio. Se o Grupo perder controle sobre uma subsidiária, ele deixa de reconhecer os ativos relacionados (incluindo fundo de comércio), passivos, ações em participações Minoritárias e outros componentes de patrimônio, enquanto qualquer prejuízo ou ganho resultante é reconhecido como lucro ou prejuízo. Qualquer investimento retido é reconhecido no valor de mercado. A controlada direta do Grupo é a Evoltz Participações S.A. (Evoltz), e a Leovac indiretamente por intermédio da Evoltz, possui participação e controle das sociedades: Evoltz IV São Mateus Transmissora de Energia S.A. ("EVZ IV"), Evoltz V Londrina Transmissora de Energia S.A. ("EVZ V"), Evoltz VI Campos Novos Transmissora de Energia S.A. ("EVZ VI"), Evoltz VII Foz Iguaçu Transmissora de Energia S.A. ("EVZ VII") Evoltz VIII. Transmissora de Energia S.A. ("EVZ VIII"), Manaus Transmissora de Energia S.A. ("MTE") e Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("NBTE"). **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia exerce suas atividades ("moeda funcional"). **Principais Políticas Contábeis:** O Grupo aplicou as políticas de contabilidade descritas abaixo de forma consistente a todos os anos apresentados nestes demonstrativos financeiros, exceto disposto em contrário. 2.3. **Combinação de Negócios:** Combinação de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é medido pela soma da prestação transferida, que é medida pelo valor de mercado na data de aquisição e pelo valor de qualquer participação acionária minoritária neste adquirido. Para cada combinação de negócios, o Grupo decide mensurar a participação minoritária na empresa adquirida pelo valor de mercado e a participação proporcional adquirida da Empresa nos ativos líquidos identificáveis. Os custos relacionais à aquisição são registrados como efetuos e incluídos nas despesas administrativas. Quando o grupo adquire um negócio, ele avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para classificação e designação correta de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isto inclui a separação dos derivativos integrados nos contratos de hospedagem pela parte adquirida. O valor de Mercado na data de aquisição será reconhecido por qualquer prestação contingente a ser transferida pela sociedade incorporadora. Uma prestação contingente classificada como patrimônio líquido não é mensurada e a liquidação posterior é contabilizada como parte do patrimônio líquido. Uma consideração contingente classificada como um ativo ou passivo, que é um instrumento financeiro e dentro do escopo dos instrumentos financeiros do CPC 48, é mensurado pelo valor de Mercado com as mudanças no valor de mercado reconhecidas no resultado, de acordo com o CPC 48. Outras considerações contingentes que não façam parte do escopo do CPC 48. 2.4. **Instrumentos Financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que origina um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade. 2.4.1. **Ativos Financeiros:** a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. **Custo Amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gera fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Em 31/12/2021 e 2020, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes e o ativo contratual. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. No dia 31/12/2021 e 2020, os ativos financeiros de base classificados nesta categoria são equivalentes de caixa. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são mensurados ao valor justo e mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que compreendem exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com essas características. b) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. c) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. 2.4.2. **Passivos Financeiros:** a) **Classificação inicial e**

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/11/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



continuação

**mensuração:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. b) **Desreconhecimento de passivos financeiros:** A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado. 2.4.3. **Compensação de saldos:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e sua quantia líquida apresentada na declaração de posição financeira quando, e somente quando, a Empresa possui direito legal de compensar estas quantias e busca liquidá-las de forma líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.4.4. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa incluem disponibilidades, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com maturidades originais de até três meses a partir da data contratual. Os equivalentes de caixa são coletados para atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. 2.5. **Ativos de Contrato de Concessão:** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a controladas e controladas em conjunto do Grupo regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. Conforme referido no acordo, a Empresa é responsável por transportar energia dos centros de geração para os pontos de distribuição. Para atender a esta demanda, a obrigação de Desempenho da Empresa é manter e operar a infraestrutura de transmissão. De acordo com esta obrigação de desempenho, a Empresa mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para usuários e recebe prestações chamadas de Receita Anual Permitida (RAP) pela duração do acordo de concessão de serviços. Estas receitas amortizam os investimentos feitos nesta infraestrutura de transmissão. Quaisquer investimentos não amortizados geram o direito a indenização pelo Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao fim do acordo de concessão de serviços. O direito a prestações pelos bens e serviços é condicionado ao cumprimento com as obrigações de desempenho e as quantias desta prestação são classificadas como ativos contratuais referentes a concessão. A receita da infraestrutura de transmissão é mensurada conforme a seguir: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiamento do cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do Ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa implícita definida no início do contrato. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (iv) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (v) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. 2.6. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. 2.7. **Impostos renda e CSLL correntes e diferidos:** As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IRPJ e a CSLL são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para CSLL sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente. O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes sobre a mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **Benefício fiscal - Lucro da exploração:** As controladas MTE, EVZ VIII e NBTE têm incentivo fiscal gerado pelas operações conduzidas no Norte, conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que representa uma redução de 75% do imposto salarial. O incentivo é calculado com base no lucro tributável da atividade incentivada (IRPJ operacional) e leva em conta na demonstração do resultado e destinado à reserva de lucros no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, as controladas possuem algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. 2.8. **Capital Social:** O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias, classificadas como patrimônio líquido. 2.9. **Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício. Em 31/12/2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo. 2.10. **Dividendos:** Os dividendos aprovados são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras do exercício, com base no estatuto social da Companhia e deliberações tomadas pelos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que estes são devidamente aprovados pelos acionistas. 2.11. **Novas normas e interpretações:** a) **Revisadas e Vigentes:** • CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; • CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro; • CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) - Definição e omissão material; • CPC 06 (R2) - Arrendamentos; • CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração; • CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação; • CPC 48 - Instrumentos financeiros. A administração da Companhia e de suas controladas avaliaram as normas supracitadas e não identificaram impactos materiais nestas informações financeiras interinas. b) **Revisadas e não vigentes:** • CPC 11 - Contrato de Seguro; • CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificações de passivos circulante e não circulante). Exceto pelo pronunciamento CPC 11 - Contrato de Seguros, norma ainda não emitida no Brasil, e não aplicável à Companhia, a Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos acima destacados. 3. **Estimativas e julgamentos contábeis relevantes:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia consideradas as mais críticas na elaboração destas demon-

trações financeiras estão contempladas a seguir: 3.1. **Ativo de Contrato de Concessões:** No contrato de concessão da Companhia estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional - SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a Companhia faz jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento. O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes: • Ativo de contrato de concessão indenizáveis - a Companhia reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como Ativo de contrato de concessão, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor contábil. • Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP - as adições decorrentes das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão. • Remuneração do Ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. • Determinação das receitas de infraestrutura - Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. • Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. 3.2. **Provisões para riscos fundiários, ambiental, tributários, trabalhistas, regulatórios e cíveis:** A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.3. **Redução ao valor recuperável ("impairment"):** Ativos financeiros (incluindo recebíveis) - um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Norte Brasil sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos futuros de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados. Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o IRPJ e a CSLL diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. 3.4. **Demonstração de Fluxo de Caixa ("DFC"):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020 (não auditado)	2021	2020 (não auditado)
Recursos na conta corrente	139	1	5.561	1
Aplicações renda fixa (i)	2.238	-	172.239	-
	2.377	1	177.800	1

(i) Referem-se a certificados de depósito bancário altamente líquidos indexados aos Certificados de Depósito Interbancário (CDI), prontamente conversível em uma quantia definida dinheiro, sujeitos a acordos de recompra com instituições financeiras e um baixo risco de alteração de valor.

8.2. Informações sobre controladas diretas e indiretas:	Controlada direta							Controladas indireta	
	Nota	EVOLTZ	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE (c)
<b>Balanco Patrimonial</b>									
Caixa e equivalentes de caixa		18.416	10.671	11.699	11.938	7.367	5.736	53.536	56.060
Contas a Receber		-	1.555	1.377	2.266	1.637	825	16.204	30.433
Depósito vinculados		-	-	-	-	-	-	-	15.260
Tributos Recuperar		1.153	162	134	371	106	423	11.189	16.988
Ativos de contrato da concessão		-	20.873	17.399	22.623	11.728	7.359	146.070	262.446
Dividendos		47.860	-	476	-	464	-	-	811
Partes Relacionadas		7.159	-	-	1	-	-	-	-
Outros Ativos Circulantes		146	1.063	217	306	531	105	12.095	12.663
<b>Total de Ativos Circulantes</b>		<b>74.734</b>	<b>34.324</b>	<b>31.302</b>	<b>37.505</b>	<b>21.833</b>	<b>14.448</b>	<b>239.094</b>	<b>394.661</b>
Ativo do contrato de concessão		-	161.481	128.547	195.650	115.763	75.078	2.059.063	3.312.453
Contas a Receber		-	238	183	190	1.899	66	804	1.174
Depósito vinculados	(a)	-	-	-	-	-	-	-	39.551
Investimentos		1.982.913	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado		4.330	176	235	207	185	233	-	342
Intangível		1.635	501	70	81	55	44	292	374
Depósitos judiciais		-	52	-	-	332	-	15.833	2.126
Impostos recuperáveis		-	2.380	519	2.324	1.581	-	7.383	2.115
<b>Total de Ativos Não-Circulantes</b>		<b>1.988.878</b>	<b>164.828</b>	<b>129.554</b>	<b>198.452</b>	<b>119.815</b>	<b>75.421</b>	<b>2.083.375</b>	<b>3.358.135</b>
Fornecedores		750	512	330	378	362	205	2.604	5.025
Debituras	(a)	-	11.208	7.159	8.211	5.619	2.171	63.876	65.043
Partes Relacionadas		-	618	564	702	468	207	4.566	79
Dividendos a pagar		25.173	-	-	-	561	241	39.678	12.995
Impostos a pagar		72	226	171	238	160	331	2.184	4.085
PIS COFINS Diferidos		-	-	-	-	-	145	1.383	3.529
Provisões		-	(1)	-	-	-	-	8.820	3.385
Encargos Setoriais		-	1.163	143	178	132	62	1.496	2.596
Outros Passivos Circulantes		7.406	3	2	2	1	-	419	-
<b>Total de Passivos Circulantes</b>		<b>33.401</b>	<b>13.729</b>	<b>8.369</b>	<b>9.709</b>	<b>7.303</b>	<b>3.362</b>	<b>125.026</b>	<b>96.737</b>

continuação

5. Contas a receber:	Consolidado	
	2021	2020 (Não auditado)
Concessionárias e permissionárias	60.970	-
Provisão da parcela variável por indisponibilidade (i)	(2.119)	-
	58.851	-
Circulante	54.297	-
Não circulante (ii)	4.554	-

(i) Refere-se à provisão da parcela variável e penalidades de redução de receita por indisponibilidade da linha de transmissão. (ii) Corresponde à valores a receber que estão em litígio e aguardando posição da ONS. As contas a receber estão distribuídas por vencimento, conforme a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020 (Não auditado)
A vencer	54.297	-
Vencida até 90 dias	271	-
Vencida por mais de 90 dias	4.283	-

6. Tributos a recuperar:	Controladora		Consolidado	
	2021	2020 (Não auditado)	2021	2020 (Não auditado)
Circulante				
IRPJ e CSLL (i)	1	-	26.304	-
Outros impostos recuperáveis	-	-	4.223	-
	1	-	30.527	-
Não circulante				
Impostos de renda e CSLL (i)	-	-	16.302	-
	-	-	16.302	-

(i) Referem-se basicamente a saldos negativos de IRPJ e CSLL os quais são atualizados monetariamente e podem ser compensados com qualquer imposto ou contribuição administrada pela Receita Federal ("RFB"). Em adição aos saldos negativos a Companhia possui registros no longo prazo pedidos de restituição junto a RFB que estão pendentes de deferimento. 7. **Ativos de Contrato de Concessão:** Segue abaixo a movimentação dos

Ativos de contrato de concessão do Grupo em 2021:	Consolidado	
	2021	2020 (Não auditado)
Saldo inicial	-	-
Adição Norte	3.508.991	-
Adição Eoltz	2.156.642	-
Alocação mais-valia	691.458	-
Amortização	(13.913)	-
Saldo final	6.343.178	-
Circulante	488.498	-
Não circulante	5.854.680	-

8. **Investimentos:** Os investimentos diretos que Leovac detém sobre as empresas Eoltz e NBTE estão descritos abaixo conforme aquisições realizadas durante o exercício de 2021:

	Eoltz (a)		NBTE (b)		Total
Saldo inicial	1.742.858	886.839	2.629.697	-	-
Equivalência Patrimonial	23.855	1.552	25.407	-	-
Mais-valia	360.780	330.678	691.458	-	-
Amortização da mais-valia	(8.765)	(5.147)	(13.913)	-	-
Dividendos intermediários	(108.951)	-	(108.950)	-	-
Dividendos obrigatórios	(23.820)	(6.368)	(30.188)	-	-
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>1.985.957</b>	<b>1.207.554</b>	<b>3.193.511</b>	-	-

(a) Saldo inicial do investimento de Eoltz em julho de 2021; (b) Saldo inicial do investimento de NBTE em setembro de 2021. Por intermédio do investimento que Leovac possui em Eoltz, de forma indireta, a companhia é controladora das seguintes sociedades:

	31/12/2021	
	EVZ IV	EVZ V
Patrimônio Líquido (*)	94.760	81.732
Lucro (prejuízo) do exercício	(9.190)	(1.808)
% Participação:	100.0%	100.0%

Classificação: lada lada lada lada lada lada Controlada Controlada (a) 51% refere-se a participação da Eoltz Participações S.A. e 49% refere-se a participação direta da Leovac. 8.1. **Mais-valia sobre investimento:** Após finalização do laudo de avaliação sobre a aquisição dos investimentos nas empresas Eoltz e NBTE foi apurada mais-valia fundamentada no valor justo do intangível detido pelas investidas, conforme demonstrado abaixo:

	Eoltz (b)		NBTE (c)	
Ativo circulante	116.105	494.396	-	-
Ativo não circulante	2.505.733	3.708.590	-	-
Passivo circulante	66.772	214.478	-	-
Passivos não circulante	451.427	1.847.954	-	-
Ativos líquidos	2.103.639	2.140.554	-	-
Participação da companhia nos ativos líquidos	-	100%	49%	-
Valor contábil do patrimônio líquido da participação na coligada na data de aquisição	1.742.858	1.048.871	-	-
Valor pago	1.980.973	740.382	-	-
Compra vantajosa	122.665	308.489	-	-
Mais-valia - ativos contratuais (a)	360.780	330.678	-	-

(a) Os ativos contratuais potenciais que foram identificados referem-se as concessões relacionadas à geração de energia e direito de venda detidas pelas empresas do grupo. Estas foram avaliadas pela metodologia do Modelo de Dividendos Descontados. (b) Segue detalhes da avaliação da Eoltz:

	Valor contábil	Valor justo	Mais Valia / Menos Valia	Passivo Contingente	Mais Valia / Menos Valia Líquida
Evoltz IV	53.132	61.752	8.620	(1.719)	6.901
Evoltz V	40.108	49.725	9.617	(235)	9.382
Evoltz VI	69.817	66.700	(3.117)	(255)	(3.372)
Evoltz VII	50.055	44.471	(5.584)	(398)	(5.982)
Evoltz VIII	19.824	40.986	21.162	(1.558)	19.604
MTE	942.261	1.162.846	220.585	(27.274)	193.311

continuação

## 8.2. Informações sobre controladas diretas e indiretas:

Nota	Controlada direta						Controladas indiretas	
	EVOLTZ	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE (c)
(a)		64.843	40.761	51.234	24.346	21.902	672.540	1.261.446
		-	-	-	-	1.004	-	46.775
		-	-	-	-	259	-	-
		1.255	4.159	3.749	478	1.106	22.729	13.299
	396.270	24.565	25.835	48.223	25.485	8.472	253.603	534.491
(b)		-	-	-	-	-	-	-
	396.270	90.663	70.755	103.206	56.767	32.743	948.872	1.856.011
	1.633.941	94.760	81.732	123.042	77.578	53.764	1.248.571	1.800.048
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

## 9. Fornecedores a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020 (não auditado)	2021	2020 (não auditado)
Serviços	98	-	55.676	-
Materiais	-	-	1.271	-
Outros	-	-	1.101	-
	98	-	58.048	-
Circulante	98	-	10.269	-
Não-circulante (i)	-	-	47.779	-

(i) Refere-se a gastos incorridos com fornecedores na fase de construção da Linha de Transmissão composto principalmente pelo acordo judicial realizado com a Toshiba em outubro de 2019, no montante de R\$ 85,4 milhões, sendo pago da seguinte forma: R\$ 45 milhões a Toshiba na data da homologação do acordo pelo juiz das ações em 10/10/2019; e R\$ 40 milhões através de confissão de dívida para pagamento em três parcelas assim distribuídas: R\$ 10 milhões em 31.10.2024, R\$ 15 milhões em 31.10.2025 e R\$ 15 milhões em 31.10.2026 que por meio de transferência de direito creditórios será pago para Zona Fundo de Investimentos corrigido pelo IPCA. O saldo remanescente de R\$ 5,9 milhões encontra-se em discussão judicial, cuja ação tem caráter indenizatório e de rescisão de contratos de prestação de serviços, com imputação de culpa e inadimplimentos contratuais contra a Companhia. **10. Debêntures e Empréstimos:** 10.1. **Composição de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Abaixo estão listadas as debêntures emitidas pelas empresas:

Empresa	Dívida	Taxa de juros	Prazo	Consolidado	
				Valor liberado	Circulante
Manaus Norte	Itaú BTG	CDI 2,75%	15/04/21 15/04/31	750.000	63.876
	BTG, ABC	IPCA 7,15%	15/03/13 15/09/26	200.000	40.327
Norte	Itaú	IPCA 5,07%	15/11/20 15/11/30	1.000.000	24.716
EVZ IV	Debênture	IPCA 5,40%	25/11/20 15/10/27	70.000	11.208
EVZ V	Debênture	CDI 1,28%	13/01/20 30/06/29	56.000	7.159
EVZ VI	Debênture	CDI 1,28%	13/01/20 30/06/29	67.000	8.211
EVZ VII	Debênture	CDI 1,26%	13/01/20 30/06/29	42.000	5.619
EVZ VIII	Debênture	CDI 1,42%	26/12/19 30/06/29	25.000	2.171
				163.287	2.137.072

Os vencimentos das parcelas de longo prazo estão distribuídos conforme a seguir:

	2023	2024	2025	após 2025	Total
Debêntures	163.349	170.311	175.167	1.628.245	2.137.072

Em setembro de 2021 a controladora Leovac adquiriu um empréstimo com o Banco Itaú no valor de R\$ 44.100 com juros de CDI + 1,45% a.a. Em 08/10/2021 o montante foi totalmente quitado conforme demonstrado abaixo:

	Controladora
Principal	44.100
Juros	152
Valor pago	44.252

**10.2. Depósitos vinculados:** As controladas Norte e Manaus possuem contas de reserva vinculadas às obrigações contratuais de empréstimos, financiamentos e debêntures, cuja remuneração é baseada na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As demais controladas do grupo, procederam a quitação antecipada de empréstimos e financiamentos das junto ao BNDES e consequente liberação das obrigações assumidas. Tais saldos registrados em depósitos vinculados foram reclassificados para caixa e equivalentes de caixa. A Controlada NBTE conforme orientação do BNDES deverá manter o saldo mínimo na Conta Reserva do BNDES no valor de R\$ 516. A anuência do BNDES para liberação do saldo remanescente ficará condicionada à celebração de aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças para formalização do novo montante do saldo mínimo da Conta Reserva do BNDES a ser mantido pela NBTE e à aprovação dos debenturistas da 1ª Emissão da NBTE, anuência esta que poderá ser manifestada mediante consentimento expresso do agente fiduciário dos debenturistas no âmbito do aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária acima mencionado. O saldo remanescente na rubrica de depósito vinculados corresponde a próxima prestação a vencer de amortização do principal e juros. Adicionalmente, de acordo com a mecânica estabelecida no contrato de cessão fiduciária a Companhia deverá depositar mensalmente o valor equivalente a um sexto da próxima prestação vincenda em conta vinculada. Os recursos possuem destino específico e exclusivo para o serviço da dívida. Em 31/12/2021 o saldo de depósitos vinculados totaliza o montante de R\$ 54.811. **10.3. Garantias concedidas:**

Entidades	Agente financeiro	Penhor de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios emergentes da Concessão	
		ações	X
MTE	Pentágono	X	X
Norte	Pentágono	X	X
EVZ IV	Oliveira Trust	X	X
EVZ V	Oliveira Trust	X	X
EVZ VI	Oliveira Trust	X	X
EVZ VII	Oliveira Trust	X	X
EVZ VIII	Oliveira Trust	X	X

**10.4. Obrigações contratuais:** Contratos de empréstimo, financiamento e debêntures possuem cláusulas restritivas ("Covenants") financeiros e não financeiros de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31/12/2021, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures vigentes foram cumpridas.

## 11. Provisões:

	2021	2020 (Não auditado)
Provisões Ambientais	16.991	-
Sobresalientes	19.962	-
Provisões fiduciárias	5.685	-
Regulatórias	4.159	-
Provisão para Contingências	72.713	-
	119.510	-
Circulante	12.205	-
Não circulante	107.305	-
	119.510	-

**Provisões Ambientais:** Referem-se à provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socioambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros. **Sobresalientes:** Referem-se à aquisição de materiais e peças sobressalientes para formação de reserva técnica para possíveis reposições. **Fundiário:** Corresponde a ações de natureza fundiária e indenizatória relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão. **Provisões para Contingências:** Estas referem-se principalmente a ações indenizatórias e rescisão de contrato de prestação de serviços depositados por um fornecedor específico contra o Grupo referente a passivos e inadimplência contratual. Na constituição das provisões o Grupo considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração do Grupo substanciação na avaliação do departamento jurídico interno e na opinião de seus assessores jurídicos externos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

## a) Movimento das provisões

Saldo em 2020	Controladora					Total
	Ambiental	Sobresalientes	Fundiário (i)	Regulatório	Contingências (ii)	
NBTE (cessão de controle)	15.848	19.349	3.472	2.546	38.682	79.897
Adições	3.800	613	19.442	-	53.914	77.769
Reversões (5.237)	8.759	-	155	-	1.113	10.027
Atualização	-	-	(10.101)	-	(4.550)	(19.888)
Atualização	-	-	4.294	1.613	1.437	7.344
Pagamentos	(6.179)	-	(11.577)	-	(17.883)	(35.639)
Saldo em 2021	16.991	19.962	5.685	4.159	72.713	119.510

(i) Corresponde à ações de natureza fundiária e indenizatória relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão. Em 2021 a controlada NBTE celebrou acordo no montante de R\$8 milhões para encerrar a ação judicial. Em razão do acordo a contraparte atua de forma irrevogável e irretroatável todos os processos contra a Norte Brasil. (ii) Trata-se de ação de constituição de servidão administrativa ajuizada pela Manaus Transmissora, no âmbito da liberação fundiária da faixa de servidão para fins de construção, operação

e manutenção do sistema denominado Linha de Transmissão Oriximiná - Itacoatiara - Cariri, Circuito Duplo, em 500 kV, empreendimento de Utilidade Pública. No curso da ação entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021 houve bloqueio judicial no importe de R\$33 milhões, sendo que o montante de R\$17 milhões foi vertido ao réu em função de despacho proferido em fevereiro de 2021, onde no exercício de 2020 fora tratado como provisão para contingência e, consequentemente, baixado contra o depósito judicial visto que não incorrerá em novo desembolso ou risco monetário para a Companhia. Atualmente, o processo encontra-se no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com Recurso Especial da Companhia com objetivo de obter anulação de todos os atos praticados a partir da perícia técnica (inclusive), cuja idoneidade é questionada. O recurso goza de efeito suspensivo, efeito este obtido e confirmado desde a fase em que o processo se encontrava no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. A Companhia persegue determinação do STJ para que o efeito suspensivo do recurso seja respeitado e o valor constricto seja imediatamente devolvido a Manaus Transmissora. Desta forma, os valores bloqueados judicialmente são integralmente questionados pela Companhia e, pelo fato de a matéria não estar em transitada em julgado, seguimos com tratamento de risco possível do saldo remanescente de R\$16 milhões no qual encontra-se bloqueado em depósitos judiciais (R\$33 milhões em 31/12/2020). **b) Passivos Contingentes:** O Grupo é parte em processos cuja probabilidade de perda é avaliada como possível, com base na opinião de consultores jurídicos externos, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 31/12/2021 e 2020 de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Disposições. Responsabilidades Contingentes e Ativos Contingentes.

	2021	2020 (Não auditado)
Civil (i)	9.713	-
Ambiental	3.851	-
Tributárias (ii)	19.479	-
Regulatórias(iii)	113.793	-
Trabalhista	583	-
Fundiária (iv)	24.398	-
Contingências	-	-
	171.817	-

(i) Referem-se a uma ação de fornecedor contra a Companhia onde é pleiteado o pagamento de prejuízos sofridos em contrato de empreitada assinado entre as partes decorrentes de descumprimento contratual e cobrança de títulos. Adicionalmente, a redução refere-se ao acordo pago a uma contraparte. (ii) Refere-se basicamente aos autos de infração imputados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de inconformidade contra despacho decisório que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010. Adicionalmente, ações de execução fiscal para discussão de valores devidos pelo não recolhimento do ICMS nos estados do MT, PA e AM. Adicionalmente, a redução do saldo quando comparado com o exercício anterior tem relação com a extinção total do lançamento constante de cobrança de PIS/COFINS em discussão administrativa e de adesão ao programa de benefício fiscal nos estados de Belém e Manaus para quitação de cobrança relativa a ICMS, extinguindo a execução fiscal. (iii) Refere-se a (i) um processo legal de natureza regulatória, onde o objetivo desta ação é solicitar um efeito suspensivo ao Pedido Administrativo protocolado pela NBTE junto à ANEEL, em 21/09/2019, para evitar o desconto no RAP como Porção Variável devido à indisponibilidade - PVI e (ii) um recurso administrativo, com pedido de medida cautelar, arquivada pela NBTE, com o objetivo de suspender a aplicação da Porção Variável devido à indisponibilidade - PVI sobre suas receitas, como resultado de desconexões causadas pela queda das torres de transmissão entre 13 e 14/10/2020, causada por eventos climáticos extraordinários, e, por mérito, o cancelamento da aplicação da PVI. (iv) Corresponde à ações de natureza fundiária e indenizatória relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão, cujos prognósticos de perda sofreram alteração.

## c) Garantias Legais:

Entidade	Emissor	Número do Seguro	Validade	Montante Segurado
MTE	Swiss Re	51750014560	Ago/2019 a Ago/2024	6.891
MTE	Swiss Re	51750014637	Set/2019 a Set/2023	17.505
MTE	Swiss Re	51750015908	Jun/2020 a Jun/2023	11.818
NBTE	Swiss Re	51750016404	Out/2020 a Out/2022	887
NBTE	Swiss Re	51750017177	Set/2021 a Set/2023	38.545
NBTE	Swiss Re	51750016691	Dez/2020 a Dez/2025	23.235
NBTE	BMG	017412021000107750057802	Dez/2021 a Dez/2026	51.193
EVZ IV	Pottencial	115233	Fev/2023	2.900
EVZ V	Pottencial	0306920199907750	Mar/2021 a Mar/2024	547
EVZ VI	Pottencial	277142000	Out/2021 a Out/2021	142
EVZ VII	Swiss Re	51750017314	Out/2023	931
EVZ VIII	Pottencial	0306920199907750	Abr/2021 a Abr/2023	277

A oferta de garantia pela Companhia suas controladas e controladas em conjunto é uma condição legal para a utilização de certas ferramentas legais adotadas em circunstâncias específicas. Isto não implica pagamento antecipado nem reconhecimento da condenação.

## 12. Impostos e contribuições a pagar:

	Controladora	Consolidado
	2021	2020 (Não auditado)
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (líquido)	(470.573)	(1.161.710)
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais	31.545	279.899
	(439.028)	(881.811)

**Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos.** O ativo diferido de IRPJ e CSLL foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros preparados pela Administração. Tais projeções foram elaboradas com base em premissas e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O grupo espera realizar integralmente o IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31/12/2021 de acordo com o seguinte cronograma futuro, com base no prejuízo fiscal e base negativa:

	2022	2023	2024	Após 2024	Total
EVZ IV	4	410	529	4.046	4.989
EVZ V	44	275	551	3.220	4.090
EVZ VI	-	-	445	4.618	5.063
EVZ VII	238	431	258	2.452	3.379
EVZ VIII	436	53	-	-	489
NBTE	17.603	22.381	22.945	68.024	130.953
MTE	9.676	11.193	11.548	66.974	99.391
Leovac	-	-	-	31.545	31.545
Total	28.001	34.743	36.276	180.879	279.899

## Reconciliação do IRPJ e CSLL

	Controladora	Consolidado
	2021	2020 (Não auditado)
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	576.530	608.499
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	196.020	206.890
Equivalência Patrimonial	(8.638)	(8.638)
Outras adições / exclusões	251.646	272.745
Despesa com IRPJ e CSLL	439.028	470.997
Alíquota efetiva	76%	77%

**13. PIS e COFINS diferidos:** Corresponde aos efeitos dos impostos diferidos PIS e COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relativos à CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O montante em 31/12/2021 é de R\$562.909. **14. Capital Social:** A Companhia possuía em 31/12/2020 um capital social representado por 1.200 ações ordinárias, nominativas, com preço de emissão de R\$ 1,00. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26/07/2021 foi aprovado o aumento de capital de R\$ 1.990.536.736 mediante emissão de 1.990.536.736 novas ações ordinárias, nominativas, com preço de emissão de 1,00. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22/09/2021 foi aprovado o aumento de capital de R\$ 662.902.027 mediante emissão de 662.902.027 novas ações ordinárias,

nominativas, com preço de emissão de 1,00. Em 31/12/2021 o Capital Social da Companhia é representado por 2.653.978.912 ações ordinárias, sem valor nominal subscritas e totalmente integralizadas, totalmente detidas pela *Wire Holdings Limited Partnership*. **15. Reservas:** a) **Reserva Legal:** Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor. b) **Reserva de retenção de lucros:** O saldo final da Reserva de retenção de lucros em 31/12/2021 se constitui do saldo remanescente de lucros acumulados. Os administradores efetuarão a proposta sobre a destinação deste saldo em Assembleia Geral. c) **Reserva de incentivo fiscal:** Para o exercício de 2021 não houve reserva de incentivo fiscal para a Leovac. d) **Dividendos:** Nos termos do Estatuto da Companhia é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

## Lucro líquido do exercício/ Base para

	2021	2020 (Não auditado)
cálculo - Reserva legal	137.502	-
Reserva legal	(6.875)	-
Lucro base para determinação do dividendo	130.627	-
% dividendos mínimo	25%	-
Dividendos mínimo obrigatórios	32.657	-
Dividendos propostos por lote de mil ações	12,30	-

## 16. Receita líquida

	2021	2020 (Não auditado)
Remuneração do ativo contratual	182.746	-
Outras receitas	50.790	-
Receita Bruta	233.536	-
PIS e COFINS	(20.782)	-
Encargos setoriais	(7.681)	-
Deduções à receita	(28.463)	-
Receita líquida	205.073	-

## 17. Custos e Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020 (Não auditado)	2021	2020 (Não auditado)
Pessoal	-	(5.252)	(30.737)	-
Amortizações	(13.913)	-	(13.913)	-
Serviços de terceiros	(17.554)	(21.773)	(23.135)	-
Materiais	-	-	540	-
Ambientais	-	-	(2.030)	-
Contingências	-	-	(4.768)	(4.578)
Taxas e tributos	(7)	-	(817)	1.140
Seguro	(465)	(1.239)	(678)	-
Prêmios (i)	(50.000)	-	(50.000)	-
Outros	(2)	(3.955)	2.008	-
	(81.941)	(37.264)	(121.	

continuação

caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes. • Risco de Litígio - O Grupo é parte de diversos procedimentos legais e administrativos, monitorados pelos consultores jurídicos. O Grupo periodicamente analisa a informação fornecida pelos consultores jurídicos para concluir na probabilidade de sucesso eventual das causas, evitando a ocorrência de perdas financeiras e danos à reputação, buscando a economia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e implementação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) requisitos para segregação adequada de funções, incluindo autorização independente das operações; (ii) requisitos para reconciliação e monitoramento de operações; (iii) conformidade com requisitos regulatórios e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) requisitos para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e adequação de controles e procedimentos para abordar riscos identificados; (vi) requisitos para comunicação de perdas operacionais ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de riscos, incluindo seguro, quando eficiente. **20. Aspectos Ambientais:** A política ambiental brasileira estabelece que a execução normal de atividades consideradas eficientes ou potencialmente poluentes, ou que causam a degradação do meio-ambiente, em todos os casos, estão condicionadas ao licenciamento ambiental anterior. Os beneficiários, de acordo com as exigências legais atuais, buscam assistência total, todos os comandos necessários para a execução perfeita do objeto da concessão, e obter todas as licenças ambientais necessárias para conduzir as atividades de instalação, operação e manutenção das linhas de transmissão. O conceito de sustentabilidade empresarial, baseado no gerenciamento dos aspectos econômicos, sociais e ambientais, foi adotado e, por fim, levou ao desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento Ambiental (SGA), o SGA foi criado baseado em uma política ambiental unificada, com base na regulação da ABNT ISO 14001: 2004 e ABNT - ISO 14031: 2004. O SGA é um processo contínuo, participativo e transversal que afeta diversas áreas subsidiárias. **a) Licenças Ambientais:** As licenças ambientais emitidas aos investidos até a data de aprovação destes demonstrativos financeiros interinos são descritas abaixo:

Entidades	Linhas de Transmissão	Autoridade Ambiental	Licenças de Operação (LO)	Data de Emissão	Valida até
EVZ IV	LT 230kv Canoinhas - São Mateus	IBAMA	LO 1047/2019	09/05/2019	01/05/2029
EVZ IV	LT 230kv Curitiba - Bateias	IAP	LO 21959/2020	(i) 13/05/2016	13/05/2020
EVZ V	LT 230kv Itararé II - Jaguariava	IBAMA	LO 979/2010	(i) 30/11/2010	30/11/2016
EVZ V	LT 230kv Londrina - Maringá	IAP/PR	LO 19970/2014	05/11/2014	22/04/2026
EVZ VI	LT 230kv Dona Francisca - Santa Maria	FEPAM/RS	LO 07469/2020	20/12/2020	20/12/2025
EVZ VI	LT 230kv Campos Novos - Videira	IMA	LO 11238/2018	01/08/2020	21/12/2022

(i) Foi solicitada de renovação da Licença Operacional (LO) de uma agência ambiental autorizada para EVZ IV, EVZ V e NBTE em 10/04/2017, 20/07/2016 e 27/04/2020, respectivamente. A renovação da LO para uma atividade ou empresa deve ser solicitada ao menos 120 dias antes da data de validade determinada na licença respectiva, que é automaticamente estendida até a próxima decisão definitiva da agência ambiental competente. **b) Compensação ambiental:** A compensação ambiental é um termo de compromisso assumido pelo empreendedor com o Órgão de Licenciamento Ambiental cujo objetivo é estabelecer medidas compensatórias oriundas do processo de licenciamento ambiental cuja aplicação está de acordo com a legislação correspondente. A Lei nº 9985/00, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, através de seu artigo 36, requer que o empreendedor forneça suporte à implementação e manutenção de toda a área protegida do Grupo quando, durante o processo de licenciamento, um empreendimento for considerado como de impacto ambiental significativo. **21. Cobertura do seguro:** O Grupo adota política de cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos em quantias consideradas suficientes pela Gerência para cobrir possíveis perdas/riscos, considerando a natureza da atividade. Dada a natureza, as hipóteses de risco adotadas não são parte do escopo da auditoria, portanto, não foram examinados por nossos auditores independentes.

Empresa	Seguradora	Tipo - Linha	Política / Endosso	Validade	Limite de indenização
EVZ V a EVZ VII	Tokio Marine	Risco Operacional	1800002502697	Dez/2021 a Dez/2022	100.000
EVZ IV, VI e VIII	Tokio Marine	Risco Operacional	1800002560780	Dez/2021 a Dez/2022	100.000
EVZ IV a EVZ VIII	Chubb	Responsabilidade Civil	s/n	Dez/2021 a Dez/2022	10.000
TEM	Tokio Marine	Risco Operacional	9600000002552	Jan/2023 a Dez/2021 a	300.000
TEM	Chubb	Responsabilidade Civil	s/n	Dez/2021 a Nov/2021 a	15.000
TEM	Porto Seguro	capitalização	528748700	Nov/2022 a Jul/2021 a	-
TEM	Swiss RE	D&O	51101000327	Jul/2022 *	100.000
NBTE (ii)	Tokio Marine	Risco Operacional	1800002501919	Jan/23 a Jan/22 a	10.000
NBTE (ii)	Chubb	Responsabilidade Civil	1751003598912	Jan/23 a Jan/21 a	15.000
NBTE	Porto Seguro	Localícia	528763700	Nov/22 a Jul/22 a	41
NBTE	Sompo	Risco imobiliário	1800662410	Jul/23 a Jul/23	2.500

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Leovac Participações S.A.**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Leovac Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2020, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos

relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 24/10/2022.

**Ernst & Young**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-SP015199/O-6

**Glaucio Dutra da Silva**  
Contador  
CRC-1RJ090174/O-4

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/11/2022



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**BRDOCS**

## Dock Tecnologia S.A.

CNPJ nº 03.645.772/0001-79 - NIRE 35.300.191.234

### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de outubro de 2022

**Data, hora e local:** em 20 de outubro de 2022, às 09:00 horas, na sede social da Dock Tecnologia S.A., na Avenida Tamboré, 267, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate Alphaville, 27º andar, conjunto 271-A - Alphaville, Barueri/SP, CEP 06460-000 ("Companhia"). **Convocação:** dispensada nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Christian Max Finardi Squassoni; Secretário: Duilio de Oliveira Beneduzzi. **Ordem do dia:** Deliberar sobre (i) o aumento do Capital Social com consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, e (ii) a aprovação do aumento de capital realizada em empresa controlada. **Deliberações:** Os acionistas examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e por unanimidade: (i) **Aumento de Capital.** Nos termos do artigo 13, (xiii), aprovada a capitalização dos AFACs realizados pela acionista Dock Tech LLC, CNPJ 37.686.711/0001-71 ("Dock LLC") (i) no valor de US\$ 3.013.056,93 (três milhões, treze mil e cinquenta e seis dólares dos estados unidos e noventa e três centavos de dólar) realizado em 14 de setembro de 2022, correspondendo em moeda corrente nacional ao montante de R\$ 15.559.124,68 (quinze milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e cento e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), (ii) no valor de US\$ 3.168.959,41 (três milhões, cento e sessenta e oito mil e novecentos e cinquenta e nove dólares dos estados unidos e quarenta e um centavos de dólar) realizado em 29 de setembro de 2022, correspondendo em moeda corrente nacional ao montante de R\$ 17.064.846,42 (dezesete milhões, sessenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos), e (iii) no valor de US\$ 2.857.157,01 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e sete dólares e um centavo de dólar) realizado em 18 de outubro de 2022, correspondendo em moeda nacional ao montante de R\$ 15.057.217,44 (quinze milhões, cinquenta e sete mil, duzentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos), totalizando um aumento de capital de R\$ 47.681.188,54 (quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e um mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), passando o Capital Social da Companhia de R\$ 621.025.380,29 (seiscentos e vinte e um milhões, vinte e cinco mil, trezentos e oitenta reais e vinte e nove centavos) para R\$ 668.706.568,83 (seiscentos e sessenta e oito milhões, setecentos e seis mil, quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos). O valor total de R\$ 181.188,52 (cento e oitenta e um mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), devido a título de IOF dos referidos aportes foi integralmente suportado pela Companhia. Em razão do acima, altera-se a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a constar conforme abaixo. **"Artigo 5º" - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 668.706.568,83 (seiscentos e sessenta e oito milhões, setecentos e seis mil, quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos), dividido em dividido em 74.566.287 (setenta e quatro mil, quinhentas e sessenta e seis mil, duzentas e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." (ii) Aprovação de aumento de capital em controlada:** Aprova-se, nos termos do artigo 13, inciso (xiii) do Estatuto Social da Companhia, o aumento de capital a ser realizado em sociedade controlada da Companhia, denominada Onix Serviços de Valor Agregado Ltda, CNPJ/ME 02.445.579/0001-21 ("Controlada"), em decorrência dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFACs realizados pela Companhia em sua Controlada (i) em 12 de setembro de 2022 no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), (ii) em 19 de setembro de 2022 no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e (iii) em 20 de setembro de 2022 no valor de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais). **Encerramento:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes Mesa. Christian Max Finardi Squassoni - Presidente; e Duilio de Oliveira Beneduzzi - Secretário. Acionistas Presentes: Antonio Carlos Soares Junior e Dock Tech LLC. Barueri/SP, 20 de outubro de 2022. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. A presente ata foi assinada mediante assinatura eletrônica realizada por meio da plataforma online "DocuSign" ou similar, de modo que os presentes declaram e reconhecem a validade, para todos os fins, da assinatura eletrônica da presente ata, a qual, uma vez assinada digitalmente, produzirá todos os seus efeitos de direito, ficando convencionado que a data de assinatura será aquela da efetiva realização da presente Assembleia Geral Extraordinária. JUCESP nº 657.788/22-3 em 18/11/22. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## VRE LOTEAMENTO S.A.

CNPJ/ME nº 25.186.838/0001-42 - NIRE 35.300.493.176

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2022

**1. Data, Hora e Local:** 16/09/2022, às 10 horas, na sede da Cia. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, totalidade. **3. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a (i) cancelamento do capital social a integralizar e (ii) redução do capital social da Cia. **4. Mesa:** Presidente: Thiago Bellini Motta Leomil. Secretário: Flavio Noschese. **5. Deliberações:** Os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos: 5.1. Aprovar o cancelamento do valor que os acionistas teriam a integralizar no capital da Cia, relativos à capitalização de créditos detidos contra a Cia, escriturados na conta como capital social a integralizar, no valor de R\$ 9.169.654,00, sendo metade para cada acionista. 5.1.1. O valor do capital social a integralizar acima mencionado não será contabilizado e nem integralizado pela Cia, mas tão somente cancelado nesta ocasião, com o que desde já, concordam os acionistas. 6.1. Ato subsequente, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, aprovar a redução do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo à consecução de seus objetivos sociais, dos atuais R\$ 14.399.185,00 para R\$ 13.399.185,00, mediante o cancelamento de 1.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de titularidade dos acionistas, respeitada a proporção de ações ordinárias detidas por cada acionista, com a consequente restituição do valor de R\$ 1.000.000,00 aos acionistas, na proporção das ações ordinárias detidas por cada um no capital social total da Cia. 6.2. A eficácia da redução de capital ora aprovada está condicionada ao decurso do prazo legal de 60 dias contado da publicação da presente ata, sem que ocorra a oposição de credores, ou, caso haja oposição, ao pagamento ou depósito judicial das quantias reclamadas pelos opositores, nos termos do Artigo 174, §2º, da Lei das S.A. 6.3. Considerando o cancelamento do capital social a integralizar e a redução de capital, o capital social da Cia, passará a ser de R\$ 4.229.531,00 dividido em 4.229.531 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Diante do acima disposto a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Cia passará a ser a seguinte: "Artigo 5. - O capital social é de R\$ 4.229.531,00 dividido em 4.229.531 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional". 5.3. Por fim, os acionistas resolveram, por unanimidade, autorizar os Diretores da Cia a praticarem todos os atos complementares à efetivação das deliberações acima tomadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se esta assembleia, após a lavratura desta ata, em forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei nº 6.404/76, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas da Cia. São Paulo, 16 de setembro de 2022. Thiago Bellini Motta Leomil - Presidente, Flavio Noschese - Secretário. Acionistas: VRE D3 S.A.; FNOS Participações Ltda.

## Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/ME nº 52.045.457/0001-16 - NIRE 35.300.026.373

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 9h00, do dia 29/11/2022, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://us02web.zoom.us/j/86172471097?pwd=c3ZzRkxw4c1JlYlR3MlE5bGpvaW1lQ1Q09>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Ratificar a compra e posterior venda de uma aeronave fabricada pela Beechcraft, modelo V35B, ano 1980, número de série D-10349, prefixo N36766, equipada com um motor Continental, modelo IO-520-BB54, número de série 813885-R. **b.** Ratificar a renovação da carta de fiança nº 100418030050700 do Banco Itaú, para garantia das obrigações assumidas pela Companhia no Processo nº 0006348-28.2012.4.03.6100, de acordo com as seguintes características: Banco Itaú, prazo de 12 meses, comissão de 1,5% a.a., valor atrelado de 6.433.140,33 (seis milhões, quatrocentos e trinta e três mil, cento e quarenta reais e trinta e três centavos) e 100% de colateral através de CDB's da própria Companhia. São Paulo, 18/11/2022. **Leonardo Rosendo Fiuzza** - Diretor (19, 22 e 23/11/2022)

# Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



**BRDOCS**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/11/2022

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

